

# Resumo de SMS

SMS é uma sigla utilizada na área de segurança do trabalho. E significa “segurança, meio ambiente e saúde”. É um sistema de gestão de na área prevencionista, ou seja, que foca na prevenção de e problemas através de um monitoramento cuidadoso dos processos de uma empresa.

SMS monitora três itens principais:

Segurança – voltada para a segurança do trabalhador. Assegurando sua proteção e a integridade dos equipamentos utilizados e processos realizados;

Meio ambiente – voltado para evitar a poluição da natureza e os efeitos prejudiciais na água, ar ou solo;

Saúde – voltada para garantir o bem estar físico e mental de todos os envolvidos nos procedimentos em questão.

Para Casa:

Pesquisar na internet e transcrever no caderno os artigos 6º e 7º da Constituição relativos à segurança e saúde do trabalhador.

*Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.*

*Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária*

*Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

*I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;*

*II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;*

*III - fundo de garantia do tempo de serviço;*

*IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene,*

*transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;*

*V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;*

*VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;*

*VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;*

*VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;*

*IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;*

*X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;*

*XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;*

*XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;*

*XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;*

*XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;*

*XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;*

*XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;*

*XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;*

*XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;*

*XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;*

*XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;*

*XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;*

*XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;*

*XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;*

*XXIV - aposentadoria;*

*XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;*

*XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;*

*XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;*

*XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;*

*XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;*

*XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;*

*XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;*

*XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;*

*XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;*

*XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso*

*Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.*

#### Capítulo V CLT Portaria 3214 Lei 6514

##### **PORTARIA Nº 3.214, DE 08 DE JUNHO DE 1978**

*Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.*

*O Ministro de Estado do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 200, da consolidação das Leis do Trabalho, com redação dada pela Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977, resolve:*

*Art. 1º Aprovar as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho:*

##### **NORMAS REGULAMENTADORAS**

**NR- 1 - Disposições Gerais**

**NR- 2 - Inspeção Prévia**

**NR- 3 - Embargo e Interdição**

**NR- 4 - Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT**

**NR- 5 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA**

**NR- 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI**

**NR- 7 - Exames Médicos**

## *NR- 8 - Edificações*

### *NR 7 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (107.000-2*

#### *7.1. Do objeto.*

*7.1.1. Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores.*

*7.1.2. Esta NR estabelece os parâmetros mínimos e diretrizes gerais a serem observados na execução do PCMSO, podendo os mesmos ser ampliados mediante negociação coletiva de trabalho.*

*7.1.3. Caberá à empresa contratante de mão-de-obra prestadora de serviços informar a empresa contratada dos riscos existentes e auxiliar na elaboração e implementação do PCMSO nos locais de trabalho onde os serviços estão sendo prestados.*

#### *7.2. Das diretrizes.*

*7.2.1. O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa no campo da saúde dos trabalhadores, devendo estar articulado com o disposto nas demais NR.*

*7.2.2. O PCMSO deverá considerar as questões incidentes sobre o indivíduo e a coletividade de trabalhadores, privilegiando o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre sua saúde e o trabalho. LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI*

*7.2.3. O PCMSO deverá ter caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza subclínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.*

*7.2.4. O PCMSO deverá ser planejado e implantado com base nos riscos à saúde dos trabalhadores, especialmente os identificados nas avaliações previstas nas demais NR.*

Acidente de trabalho ART 19

Conceito legal > Lei 8213 de 24/07/1991

É aquele que ocorre pelo exercício do trabalho, a serviço da empresa provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou redução da capacidade para o trabalho, permanente ou temporária.

## Conceito Prevencionista

É qualquer ocorrência inesperada e indesejável que interfere ou interrompe o andamento normal do trabalho.

Também são considerados acidentes de trabalho:

- A doença profissional – assim entendida aquela produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante na relação organizada pelo ministério da previdência social.
- A doença do trabalho – assim entendida ou desencadeada por função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relaciona diretamente desde que constante na relação organizada pelo ministério da previdência social.

{Legal

## Acidente de trabalho

{Prevencionista

Também são considerados A.T.

- Doença Profissional
- Doença de Trabalho

Não serão considerados como doenças do trabalho:

- Doença degenerativa
- Inerente ao grupo etário
- Que não produz incapacidade laborativa
- Doença endêmica

## Para Casa

Pesquisar na internet o conceito das palavras abaixo e transcrever no caderno.

- Negligência

*Na negligência, alguém deixa de tomar uma atitude ou de apresentar uma conduta que era esperada para a situação. Age com descuido, indiferença ou desatenção, não adotando as devidas precauções.*

- Imprudência

*A imprudência, por sua vez, pressupõe uma ação precipitada e sem cautela. A pessoa não deixa de fazer algo, não é uma conduta omissiva como a negligência. Na imprudência, ela age, mas toma uma atitude diversa da esperada.*

- Imperícia

*Para que seja configurada a imperícia, é necessário constatar a inaptidão, ignorância, falta de qualificação técnica, teórica ou prática ou ausência de conhecimentos elementares e básicos para a ação realizada.*

Equiparam-se ao acidente de trabalho:

Aquele ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, contribuiu diretamente, para a morte a perda ou redução da capacidade para o trabalho, ou produz lesão que exija atenção médica para a recuperação.

- I. O acidente sofrido pelo empregado no local e no horário de trabalho, em consequência de:
  - Ato de sabotagem ou de terrorismo praticado por terceiros ou companheiro de trabalho
  - Ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho.
  - Ato de imprudência, negligência ou imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho.
  - Ato de pessoa privada do uso da razão.
  - Desabamento, inundação ou incêndio ou outros casos de força maior.
  - Doença proveniente da contaminação acidental do empregado no exercício da sua atividade.
- II. O acidente sofrido fora do local e de horário de trabalho:
  - Na execução de ordem ou na realização de serviços sob autoridade da empresa.
  - Na prestação espontânea de qualquer serviço á empresa, para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito.
  - Em viagem á serviço da empresa, inclusive para estudo, quando financiado por esta, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do empregado.
  - No percurso da residência para o local de trabalho, ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção.

Causas dos acidentes de trabalho

Ato inseguro (AI)

São condutas nas quais os colaboradores se expõem aos riscos de acidentes de trabalho. Correspondem ao desrespeito a um procedimento ou ordem, sendo responsáveis por muitos dos acidentes laborais, por exemplo:

- Não utilizar os equipamentos de proteção individual;
- Usar ferramentas de forma improvisada;
- Falta de atenção ao executar as atividades;
- Limpar as máquinas enquanto estão ligadas ou em movimento;
- Manusear equipamentos sem a devida habilitação

## Condições inseguras (CI)

Diz respeito às falhas do ambiente de trabalho. Que geram impactos na segurança, podendo ocasionar um acidente. É necessário ter cuidado para não confundir com os riscos ocupacionais de certas atividades, por exemplo eletricidade.

- Ausência de dispositivos ou regra de segurança;
- Falhas nas estruturas físicas da organização;
- Baixa iluminação;
- Manutenção das máquinas e equipamentos inadequada;
- Máquinas defeituosas;
- Excesso de ruídos, entre outros.

## Consequências dos acidentes de trabalho

### 1. - Empregado

É sem dúvida, aquele que amarga as piores consequências de um acidente, uma vez que apenas ele sente na pele as dores e as inabilitações decorrentes e precisa se submeter a tratamento médico que, muitas vezes podem ser demorados e desgastantes física e psicologicamente.

Isso, claro, quando o acidente apenas provoca sua incapacidade, preservando sua vida.

### 2. - Família

A família sofre com o acidente pois além do desajuste financeiro provocado, terá que se dedicar com os cuidados ao enfermo. Impedindo que algum membro da família exerça outra atividade remunerada.

### 3. - Empresa

A empresa tem prejuízos diretos e indiretos. Apenas o fato de ter ocorrido um acidente é motivo bastante para os empregados deixarem sua função na tentativa de ajudar ou descobrir o que aconteceu, reduzindo a produção.

Além disso, fora o dano ao trabalhador o acidente poderá causar estragos às máquinas que estavam sendo operadas no momento.

De acordo com o número de acidentes de trabalho, entre outros fatores, o ministério do trabalho classificará a empresa em atividade preponderante de risco leve, médio ou grave. O nível de risco verificado determinará o percentual a ser recolhidos sobre a folha de pagamentos para o INSS.

### 4. - Governo

Caberá ao governo arcar com o benefício previdenciário do empregado que precisar se afastar por mais de quinze dias.

Além de ter que arcar com este custo, ele precisa garantir a presença de médicos para fazer constantes perícias nos acidentados.



Dessa forma são muitos e são graves as consequências dos acidentes de trabalho para todos os envolvidos, razão pela qual o ideal é buscar medidas preventivas para evitar a ocorrência.